

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

obre a cronística
do séc. XIX, emb
pesar disso, era no
la cronística, mate
e seus testemunh
ousa prepara entr

Cronística

Entre os finais do séc. XIII e as últimas décadas do séc. XVI produzem-se, copiam-se e traduzem-se no espaço do reino de Portugal, e quase sempre em língua portuguesa, um conjunto de textos cuja desenvoltura narrativa sucedia à aridez do registo analístico. Desde muito cedo lhe seria atribuído o título de *crónicas*, dada a importância do tempo pretérito na sua estrutura e o recurso à narração. Sucedia assim à analística, progressivamente abandonada ao longo da Idade Média. Além da temática régia, predominante no conjunto da produção cronística, cultivam-se também temas religiosos, episódicos ou pretensamente biográficos. A historiografia interessou-se por todas elas de modo distinto, desde o final do decénio de Setecentos até à atualidade, com grandes variações na quantidade dos estudos e nas abordagens. De que forma evoluiu então a historiografia sobre a cronística medieval e moderna ao longo desse arco temporal?

A produção historiográfica sobre a cronística desenvolve-se em Portugal sobretudo a partir das últimas décadas do séc. XIX, embora ganhe uma orientação mais evidente a partir da década de 1950. Apesar disso, era notório já na primeira metade do séc. XVIII um interesse pelo estudo da cronística, materializado na coleção de fontes enquanto elementos vivos do passado e seus testemunhos mais diretos. Os catálogos inéditos que António Caetano de Sousa prepara entre 1721 e 1724 para a Real Academia da História, ou os publicados por Francisco Xavier de Meneses em 1724 são um breve exemplo disso mesmo. As anotações não muito extensas esboçam por vezes um detalhe que chega à comparação entre manuscritos ou apógrafos de uma mesma obra, à explicitação de lacunas ou variações gerais, à enunciação do *incipit* para contraste posterior, ou mesmo a algumas tentativas de datação dos manuscritos através da letra, com vista a «apurar a varia lição de outros treslados das Chronicas antigas» (*Collecçam dos documentos...*, 1724, n. XVI, p. 5). Estas autênticas práticas de história positivista *avant la lettre* antecipavam algumas das metodologias que veremos desenvolverem-se a partir de meados do séc. XIX. No entanto, este prelúdio auspicioso não teria continuação imediata. Somente no final do séc. XVIII a historiografia em torno da cronística assistiria a um desenvolvimento substancial.

Ao longo desse hiato vão-se «desenterrando» certos «monumentos desconhecidos», como afirmará mais tarde Alexandre Herculano, «do pó das bibliotecas e dos arquivos (...), que vem modificar completamente muitas opiniões historicas, corrigir outras, e confirmar definitivamente outras.» (*Portugaliae...*, 1856, vol. 1,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

fasc. 1, p. v). Muitos deles serão coligidos e publicados sob a forma de *Memórias*, ora de carácter mais geral, ora mais específico. Essa tendência entrava numa roda em movimento há já algum tempo, mas que girava em sentido análogo, apesar de algumas diferenças estruturais, e que se ia materializando em publicações como a *Gallia christiana* (1715-1725) ou a *España Sagrada* que Enrique Flórez começara a publicar a partir de 1747 e que seria continuada até ao séc. XIX. Tal como a generalidade dessas obras, as produzidas em Portugal limitar-se-ão, na maior parte das vezes, a editar o texto sem aparato crítico ou contextualização histórica. Ao mesmo tempo, e em circunstâncias semelhantes, reeditavam-se as crónicas quincentistas e seiscentistas, como as de Duarte Nunes de Leão, evidenciando um interesse dos historiadores e editores pelos temas da cronística medieval e pós-medieval.

Também a *Collecção de livros ineditos de historia portugueza*, obra conduzida sob a égide da Academia das Ciências de Lisboa, embora obedecendo ao princípio iluminista da racionalidade, dispensará qualquer preâmbulo historiográfico ou cotejamento do texto, limitando-se a apontar as lacunas «irremediáveis». O conteúdo dos cinco volumes editados entre 1790 e 1824, onde se incluem algumas das crónicas de Rui de Pina, Gomes Eanes de Zurara, Fernão Lopes ou as *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal* de Cristóvão Rodrigues Acenheiro (séc. XVI), era, por isso, tresladado pelo abade José Correia da Serra, o iluminista que fora um dos fundadores da Academia (1779), e Francisco Trigoso (membro da Academia e posteriormente Ministro e Conselheiro de Estado) tal como surgia nos manuscritos pretensamente originais e nos apógrafos, considerando a pequena diferença de palavras um «descuido quasi inevitavel dos diversos copistas» (*Collecção de livros inéditos*, 1816, vol. 4, p. XXXIV). Nas palavras introdutórias à coleção, o abade Correia da Serra afirmava que a edição dessa «baze unica da certeza da nossa Historia» tinha como objetivo divulgar os «factos incognitos» que, devidamente interrogados e criticados, mostrariam o passado através dos seus testemunhos para que melhor se pudesse «saber o que Portugal tem sido» (*Collecção de livros inéditos...*, 1790, vol. 1, pp. VIII-IX). A coleção, alvo de grandes críticas pelos positivistas do séc. XIX devido às alterações que introduzia na ortografia e leitura dos textos, parecia resumir melhor uma atitude ideológica de recuperação do passado do que metodológica.

Por contraste, a postura de alguém como Tomás Caetano de Bem ou Joaquim de Santo Agostinho face à cronística evidencia uma orientação bastante diversa. O breve trecho das *Memórias historicas chronologicas* de Caetano de Bem (1794, vol. 2, pp. VII-XI) que compara as Eras utilizadas por diferentes crónicas permite-nos não só ter acesso ao conhecimento disponível sobre o tema, mas também à perspectiva crítica privilegiada pelo clérigo regular e cronista da Casa de Bragança. Na forma como cita os textos, mas também na forma como tece comentários acerca do estado de conservação de alguns manuscritos ou aponta comunalidades textuais entre outros, segue o modelo de Caetano de Sousa e Xavier de Meneses. Joaquim de Santo Agostinho, sócio correspondente da Academia, por seu lado procedera dois anos antes à edição do manuscrito da *Crónica da Conquista do Algarve* («Memória Sobre uma Crónica inédita...», 1792, t. I, pp. 74-97). A introdução que redige à sua cópia do manuscrito, que o próprio afirmava ter encontrado na Câmara



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Municipal de Tavira quatro anos antes, é, no entanto, atravessada por um rigor em muito superior ao do cronista da Casa de Bragança. A forma como discorre aí não apenas sobre as características dos manuscritos, mas também sobre a datação daquela crónica e, particularmente, acerca do relato histórico que continha, faz dele o iniciador da linhagem que será a de Herculano e mais tarde, embora já noutros termos, de Lindley Cintra. Tratava-se, por isso, de uma análise com poucas correspondências no plano nacional àquela data. Talvez por isso, ambos surgiam como casos relativamente isolados num panorama historiográfico que era feito sobretudo de avanços individuais.

Tal como noutras áreas da História, dessa viragem do século ao período que medeia entre as invasões francesas, a revolução liberal e a Patuleia, a produção em torno da cronística é praticamente inexistente, resultado da grande instabilidade política e dos conflitos militares. Os primeiros sinais de desenvolvimento são dados a partir de 1840, altura em que o Estado Liberal se encontra ainda em formação e uma crescente valorização do ideal de «Nação» percorre a historiografia produzida em Portugal e na Europa. Alexandre Herculano é um dos primeiros a romper esse silêncio de várias décadas. Publicará nesse decénio um conjunto de artigos no «jornal litterario e instructivo» *O Panorama*, onde visava esboçar algumas biografias de cronistas portugueses dos séculos XV e XVI, caracterizando as suas obras e o contexto político em que haviam sido redigidas. Ao mesmo tempo, Luís de Abreu e Lima (primeiro Visconde da Carreira) edita em Paris a *Chronica da Guiné*, de Zurara (1841). Precedendo o texto cronístico, colocará uma introdução crítica eivada de cromatismos nacionalistas e assinada pelo 2º Visconde de Santarém, Manuel Leitão e Carvalhosa, apoiante da causa miguelista que se exilara na capital francesa. O mesmo autor publicaria ainda nesse ano uma *Memoria sobre a prioridade dos descobrimentos portugueses* (de 1841, tendo sido reeditada curiosamente em 1958, quando a causa colonialista voltava a procurar suporte), obra onde tentava restabelecer «os factos, e mostrar com documentos de indubitável fé» (Idem, p. VII), sobretudo cronísticos, aquilo que o título da obra anunciava. Alude aí às «regras da crítica» (Idem, p. 21), como a contemporaneidade dos cronistas e dos seus escritos em relação aos factos relatados, a autenticidade das fontes ou a instrução e sagesa dos narradores, esboçando com isso uma noção que aludia já à ideia de crítica histórica, heurística e hermenêutica, «exercida severa e imparcialmente sobre elementos seguros», que Alexandre Herculano esboçaria no primeiro volume dos *Portugaliae Monumenta Historica* (1856, vol. 1, fasc. 1, p. VI). A intenção de fabricar uma História-ciência entrava assim no domínio dos estudos cronísticos pela mão de um liberal e de um apoiante da causa miguelista, sugestão curiosa da confluência do imaginário intelectual que atravessa essa época.

Será a visão de Herculano, no entanto, a marcar de forma mais vincada as coordenadas dos estudos cronísticos a partir de então e até meados do séc. XX. Entre 1853 e 1854 o historiador inventaria os principais fundos documentais do Centro e do Norte, incorporando em 1857 uma parte deles no Arquivo da Torre do Tombo. É desse contacto com um vasto número de fontes que terá surgido a intenção de avançar para uma edição das fontes medievais portuguesas, à semelhança das coleções que, como vimos, se vinham produzindo um pouco por toda a Europa desde o início do século anterior e, nalguns casos, até desde os



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

finais do séc. XVII. Tal como faziam os *Monumenta Germaniae Historica* (publicados desde 1819), que Herculano conhecia, separará as rubricas entre *Scriptores*, *Leges* e *Diplomata*, deixando de parte as *Epistolae* e as *Antiquitates*. Em todo o caso, a sua intenção expressa era a de «facilitar do modo possível aos estudiosos o acesso quasi imediato das fontes historicas» (Idem, p. xxi), como afirma no primeiro volume dos *Portugaliae*, publicado em 1856. Divulgar os textos dos cronistas medievais era a sua forma de combater o desconhecimento da história, e através dele o declínio dos corpos sociais que afirmava noutros lugares da sua obra. Com esse conjunto de publicações, cujos três primeiros fascículos dos *Scriptores* eram dedicados exclusivamente a uma recolha da cronística produzida no espaço português, Herculano marcava um verdadeiro ponto de viragem na edição e na crítica dos textos. Os critérios editoriais reproduziam também em larga medida os seguidos pelos *Monumenta* alemães, tanto na referência a edições anteriores, como na opção de transcrição exata dos manuscritos (com exceção da introdução de pontuação), na anotação das variações e na confrontação das leituras dos apógrafos, nos casos em que o pretenso original se havia perdido.

As leituras de Herculano seriam durante as décadas seguintes da Monarquia Constitucional as únicas edições de muita da cronística anterior a Fernão Lopes e, em certa medida, a linha historiográfica sobre a cronística que prevaleceria até à entrada em cena de Lindley Cintra, já em meados do séc. XX. Também as suas opiniões acerca da datação e autoria dos textos eram consideradas decisivas. Inocêncio da Silva, no *Diccionario bibliographico portuguez* (1859, t. 2, p. 73), referindo-se às crónicas de Acenheiro acrescentará: «o nosso historiador [Herculano] qualifica aquella obra nada menos que de “rol de mentiras e disparates, publicado pela nossa Academia, que teria procedido mais judiciosamente em deixal-os no pó das bibliothecas». Já em pleno séc. XX, Joaquim Barradas de Carvalho consideraria o modelo historiográfico de Herculano uma «revolução epistemológica», uma rutura com a tradição que vinha desde o início da Academia das Ciências e do abade Correia da Serra. Borges de Macedo, pelo contrário, escreverá que o editor dos *Portugaliae* era precisamente um continuador dessa tradição da história-ciência.

Em todo o caso, a historiografia sobre a cronística, influenciada por esse esforço de regresso aos documentos originais – o «mármore» da «coluna polígona» que Herculano comparava à História (*Opúsculos IV*, s.d. [1842], p. 220) – e da sua depuração, desenvolver-se-ia até ao final do século. Tornava-se simultaneamente mais positivista, na datação e atribuição autoral dos textos, na intenção de objetividade e na exatidão das «provas» apresentadas e, ao modo de Fustel de Coulanges, na leitura mais aproximada possível dos textos. Esses princípios da valorização do documento são evidentes, para citarmos apenas um exemplo de entre muitos, em Ernesto do Canto. Os escritos e anotações do historiador açoriano sobre algumas das crónicas de Zurara, publicados no *Boletim de Bibliografia Portuguesa* (1879), detêm-se quase somente na comparação analítica entre os capítulos e na exatidão das palavras nos treslados, o que o leva a tecer uma dura crítica às alterações introduzidas pelo abade Correia da Serra nas edições que preparara para a Academia das Ciências. Confrontavam-se assim, à distância de um século, duas perspetivas



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

antagonistas. De resto, as crónicas de Zurara seriam até ao fim da Monarquia as que mais cativavam os historiadores, reafirmando talvez a mentalidade colonialista predominante.

Até ao final do século, e já no início do séc. XX, a política editorial baseada naquelas cópias oitocentistas continuará a grassar autonomamente. As edições da trilogia de Fernão Lopes na *Bibliotheca de Classicos Portuguezes*, levada à estampa nos últimos anos desse século por Luciano Cordeiro, não só tomam por base a lição do abade Correia da Serra, como voltam a dispensar prefácio e anotação crítica. Membro do Partido Regenerador e fundador da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1876, Cordeiro justificava essa decisão apontando o espírito «inconsequentemente monopolista dos eruditos ou dos que se querem dar ares de taes» como a principal inimigo da «leitura corrente» e da «assimilação imediata, actual, affectiva da multidão.» (*Chronica do senhor rei D. Pedro I*, 1895, p. 6). Gabriel Pereira, que será responsável pela continuação da *Bibliotheca* alterará essas disposições, prefaciando ele próprio edições das crónicas de Rui de Pina ou Duarte Galvão. O seu esforço ficava, porém, muito longe do que se fizera, alguns anos antes, na edição da *Crónica da Guiné* (1896-1899), por Charles Raymond Beazley e tradução de Edgar Prestage. Além das anotações críticas e notas suplementares ao texto, contava com extensos estudos introdutórios, quer sobre a vida de Zurara ou o contexto de produção das suas obras, quer sobre os manuscritos disponíveis e a evolução dos estudos históricos sobre o tema. Não obstante, a reedição de textos cronísticos para divulgação literária terá ao longo de todo o séc. XX uma expressão muito significativa, mas cujo rastreamento deixaremos aqui propositadamente inconcluso.

O interesse pela cronística não esmoreceu com o fim da Monarquia, mas também não ganhou um fulgor desmedido com a proclamação da República. Na verdade, são poucos os estudos anteriores aos anos 20 do séc. XX, período marcado por convulsões sociais associadas à mudança de regime, a entrada na Grande Guerra e ainda um surto epidémico que terão feito rarear as investigações. Entre as que conhecemos sobressai um interesse muito particular em Zurara, sobretudo nos do camonista Augusto Epifânio da Silva Dias, do belga Jules Mees e os de Francisco Esteves Pereira. Esteves Pereira produz, de resto, aquele que será o primeiro estudo sistemático sobre a *Crónica do Condestabre* (editada em 1911 por Joaquim Mendes dos Remédios) e ainda nesse ano publica a *Crónica da Tomada de Ceuta*, cujo estudo introdutório escreve seguindo o modelo anglo-saxónico de Prestage, que cita profusamente. Além disso, a edição é composta a partir do cotejamento dos vários manuscritos disponíveis, que são apresentados e estudados em profundidade, tal como fazia Anselmo Braancamp Freire na primeira parte da *Crónica de D. João I*, publicada em 1915 pelo Arquivo Histórico Português (ainda que fizesse uma utilização exclusiva dos manuscritos disponíveis na Torre do Tombo). Essa edição será depois recuperada em 1977, como veremos. O que é facto é que todas elas são publicadas com a chancela da Academia das Ciências, evidenciando por vezes um historicismo nacionalista e conservador. Também nas edições que José Joaquim Nunes faz da *Crónica da Ordem dos Frades Menores* (1918) e da *Vida e milagres de Dona Isabel* (1921), igualmente publicadas pela Academia, os seus estudos preliminares denotam a influência de uma historiografia que afinava por modelos



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

mais arcaicos, não obstante o rigor metodológico da sua análise lexical.

A evolução dos estudos cronísticos em Portugal será, a partir das décadas de 20 e 30 do séc. XX, muito diferente daquilo que vimos assistindo até aqui. Ao longo da década de 1920 assiste-se à ressurgência de um sentimento nacionalista pontuado por um certo anticlericalismo republicano que rapidamente desapareceria para, já nos anos 30, dar lugar ao patriotismo comprometido com o Estado Novo. Talvez por isso uma parte da historiografia sobre a cronística tenha cultivado um nacionalismo cultural e historicista que alastrava também noutros domínios, procurando um essencialismo português que se julgava particularmente presente nas origens da nacionalidade e, por extensão, nos textos sobre a primeira dinastia. Ocorre ao mesmo tempo um afastamento progressivo e mútuo entre os estudos históricos e os estudos filológicos, possivelmente em virtude da profissionalização crescente destas áreas. Influenciado pela abordagem filológica dos irmãos Juan e Ramón Menéndez Pidal, José Leite de Vaconcelos trabalha sobre a *Crónica do Mouro Rasis* (1922), linha continuada por Lindley Cintra já na década de 50 e mais tarde por Diego Catalán, tendo sido ambos, como veremos, influenciados por aqueles investigadores e influenciando-se também mutuamente entre si.

Até lá proliferam estudos que repisam caminhos, por vezes antagónicos e comprometidos com o regime. Duarte Leite, António Dias Dinis, Henrique da Gama Barros ou Álvaro Costa Pimpão exploram detalhes por vezes infrutíferos acerca da data de composição da *Crónica da Guiné* e da origem do seu conteúdo, chegando alguns desses investigadores, incluindo o professor de Filosofia da Universidade de Coimbra Joaquim de Carvalho, a levantar a possibilidade de plágio por parte do cronista. Ao mesmo tempo, William J. Entwistle, da Universidade de Oxford, prepara uma edição da segunda parte da *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes (1935), que só verá a luz do dia postumamente, em 1977, e que incluirá a tradução desse artigo como introdução. Costa Veiga, Rocha Madahil, Morais Sarmiento ou Hernâni Cidade, por seu lado, discutem aspetos da cronística de Rui de Pina, Duarte Galvão e Fernão Lopes. As discussões desses autores, esparsas e de difícil rastreamento, incluíam temas como a autoria da *Crónica do Condestabre* (a que se juntava o britânico Aubrey Bell, autor de uma história crítica da literatura portuguesa); análises da prosa cronística (em que também participava Vitorino Nemésio); a origem épica da *estória* de Afonso Henriques na *IVª Crónica Breve*; ou ainda a antiguidade desse breve texto conservado na Biblioteca Municipal do Porto, que Costa Veiga datava de meados do séc. XIV (datação que é hoje aceite) numa altura em que este era considerado como posterior a Fernão Lopes, ou, como argumentava Alfredo Pimenta, cuja anterioridade ou posteridade em relação à *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão (redigida em 1505) era impossível de determinar. A ideia de que se estava a servir a pátria desse modo, agenda nitidamente nacionalista e alinhada com a ideologia do regime, que atravessa muitos destes estudos (mas, note-se, que não os impede de chegar a algumas conclusões importantes), é declarada precisamente por Pimenta na introdução de *Idade Média. Problemas e Soluções* (Lisboa, 1946, p. XV): «Eu sirvo-a [à pátria] conforme posso: estudando e comunicando aos que me querem ler o resultado dos meus estudos».



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Com a descoberta em Junho de 1942 de uma crónica quatrocentista dos cinco primeiros reis, Artur de Magalhães Basto e, pouco depois dele, Carlos da Silva Tarouca que fizera a descoberta de um manuscrito inédito daquela crónica que incluía os reinados de D. Dinis e D. Afonso IV, introduzia-se um fator de agitação na historiografia da época. A bibliografia sobre esse texto que ficaria conhecido como *Crónica de 1419* cresceria rapidamente e originaria um volumoso e importante manancial de informação, focando, contudo, um tema relativamente comum: seriam aquelas as crónicas «perdidas» de Fernão Lopes? Essa questão alimentou muitas das investigações dos anos subsequentes, de que o próprio Magalhães Basto faria uma síntese alguns anos mais tarde (*Estudos. Cronistas e Crónicas Antigas...*, Coimbra, 1959, pp. 509-548), e depois dele Giuliano Macchi (1963). De facto, a tentativa de determinar a autoria desta crónica e a sua identificação como a primeira parte das *Crónicas dos reis de Portugal* de Fernão Lopes domina as preocupações dos investigadores ao longo de toda a década de 40 e ainda no decénio de 50, sem que resulte na realização de estudos globais e aprofundados sobre o texto em questão. Só em 2010 Filipe Alves Moreira, com a sua tese de doutoramento, (*A Crónica de Portugal de 1419...*, Lisboa, 2013) remediaria esse trabalho que foi sendo prometido por vários investigadores, mas sempre adiado.

Paralelamente, a mobilização para a recuperação do passado medieval foi decorrendo ainda sob o signo das edições. Damião Peres, autor de uma *História de Portugal* cujo aspeto doutrinário é conhecido, destaca-se nesse período pelo carácter nacionalista e «patriótico» que imprime às suas notas preambulares das crónicas que edita. Esse traço é particularmente discernível na sua introdução à *Crónica de D. Pedro* (1932), embora o rigor da sua transcrição tenha já sido notado (Amado, “The study of literary texts”, 2011, p. 92), assim como a importância da lista de fontes documentais que fornece, facilitando o acesso à construção da narrativa. Alguns anos mais tarde Peter Russell, historiador ligado à Universidade de Oxford, trabalharia também as fontes daquele cronista num breve e importante estudo (*As fontes de Fernão Lopes*, 1941). Esse trabalho serviria ao então jovem académico para tomar contacto com as fontes portuguesas da Torre do Tombo e mais tarde produzir o livro *The English Intervention in Spain and Portugal in the time of Edward III and Richard II* (1955).

Por essa altura José de Bragança escreve uma introdução inflamada de orgulho nacional à *Crónica da Guiné* (1937), utilizando o manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris, onde advoga ter sido o Infante D. Henrique o autor da «criação de um reino português do Algarve e de além-mar», orientado para a «descoberta das novas rotas marítimas, do comércio pacífico e da influência civilizadora» (*Crónica de Guiné*, 1937, p. XLIV). Justificava assim, através de uma retroprojeção anacrónica, aquele que se julgava ser o direito às colónias com argumentos que não estavam muito longe daqueles que Gilberto Freyre utilizaria, como que integrando a edição desse «monumento» no rol de comemorações que culminaria na «exposição do mundo português», em 1940. Também Costa Pimpão fará uma edição abreviada desse texto, que estuda continuamente, na coleção *Clássicos Portugueses* da Cássica Editora (1942), ao passo que Alfredo Pimenta editará aí no mesmo ano a *Crónica da Tomada de Ceuta*. Também Torquato de Sousa Soares, muito ativo



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

nesses anos, procederá à edição abreviada na dita coleção de duas crônicas de Fernão Lopes, a *Crónica de D. Pedro* (1943) e a *Crónica de D. Fernando* (1945). À parte dessas edições de divulgação, de certo modo propagandísticas ou instrumentalizadas como tal, apenas Alois R. Nykl, arabista checo radicado nos Estados Unidos da América, procedia por esses anos a uma edição crítica, embora parcial, da *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão (1942).

É a muitos desses investigadores que Luís Filipe Lindley Cintra agradece no prefácio ao seu estudo da *Crónica Geral de Espanha de 1344* (1951, pp. XIX-XX). Entre eles estão os nomes Hernâni Cidade, Vitorino Nemésio ou Harri Meier, que assinalará entre aqueles que mais o influenciaram. Outros menciona-os no corpo desse texto que fora a sua tese de doutoramento, iniciada em 1947. É nesse ano, já no pós-guerra, que um jovem Lindley Cintra chegava a Madrid para encontrar Ramón Menéndez Pidal na sua casa de Chamartín (então nos subúrbios da capital espanhola). Receberia orientação do filólogo espanhol até ao final de 1950, altura em que Cintra regressa a Portugal, mas a filiação na escola filológica de Pidal manter-se-ia, considerando-o sempre como seu mestre. Os estudos que aí leva a cabo culminarão na edição crítica da refundição de cerca de 1400 daquela crónica, cujo último volume sairá somente em 1990.

Essa empreitada conduzi-lo-á a uma análise criteriosa e a uma reapreciação da historiografia em língua portuguesa anterior ao séc. XV. Com efeito, as investigações a que procede levam Cintra a atribuir a obra a D. Pedro Afonso de Barcelos, filho ilegítimo de D. Dinis, mas igualmente a concluir que trabalhava com uma versão que não seria já o texto original daquele fidalgo, que se estaria a escrever em 1344, mas antes uma versão modificada algures no final da mesma centúria. De igual forma, explora a rede textual que os redatores haviam utilizado na urdidura daquelas obras, salientando a ligação desses textos à tradição historiográfica de Afonso X e à sua *Estoria de España*, mas também à tradição genealógica navarra do *Liber Regum*. Entre eles Cintra irá mostrar a existência de um conjunto de textos que teriam sido produzidos, traduzidos ou copiados no espaço de influência do galego-português nesse período e que teriam sido utilizados, manejados ou pelo menos conhecidos pelos redatores, tal como a *IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra* (que Diego Catalán mostrará depois ser uma cópia abreviada da chamada *Crónica de Portugal e Espanha de 1341-1342*, tanto quanto se sabe perdida, mas referida por Acenheiro), a *Crónica do Mouro Rasis* (que Leite de Vasconcelos estudara em 1922, como vimos, e que terá sido traduzido para português a mandado de D. Dinis), ou o *Livro de Linhagens*, também ele da autoria de D. Pedro Afonso. Cintra pensava ainda ser impossível, à data e com os manuscritos disponíveis, empreender uma reconstituição do texto original, tarefa que será levada a cabo parcialmente pelo neto de Ramón Menéndez Pidal, Diego Catalán Menéndez Pidal (nome completo que raramente utilizará), no ano de 1970. A influência do empreendimento de Cintra era decisiva para levar a cabo essa edição, num curioso movimento do acaso.

O legado historiográfico e filológico de Lindley Cintra, embora posteriormente revisto e contestado, operava uma verdadeira mudança no conhecimento da cronística portuguesa. Não apenas pelo reconhecimento da existência de uma historiografia anterior aos cronistas do séc. XV e mesmo ao séc. XIV, mas também pela



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

mudança que a sua abordagem pressupunha. Contudo, os frutos desta mudança não seriam visíveis no imediato em Portugal. Foi preciso esperar algumas décadas para que esse filão lograsse ser continuado e muitas das conclusões revistas ou contestadas (Amado, “The study of literary texts”, in *The Historiography...*, 2011, p. 88). Cintra continuará ao longo dessa década os estudos em torno daquela crónica e da sua autoria, estendendo a sua análise a textos como a *Crónica de 1419* e aos domínios da linguística (área que pensava estudar quando abraçou o projeto de edição da *Crónica de 1344*). Outras investigações se sucedem com a mesma orientação filológica. Destacam-se particularmente as investigações do linguista e historiador Samuel Armistead (cujos textos serão publicados inicialmente na revista *Romance Philology*, fundada no final da década anterior), e as do já mencionado Diego Catalán, influenciado por Cintra, principalmente no que dizia respeito àquela que julgava ser a versão portuguesa da *Crónica de España* e às origens da historiografia portuguesa e castelhana (textos que publicará também naquela revista americana e que continuará no livro *De Alfonso X al Conde de Barcelos...*, 1962).

Essa era, no entanto, a menor parte da produção historiográfica. Com efeito, a década de 1950 será ainda dominada pela linha de estudos de Magalhães Basto, que vinha ainda dos anos 40 e cujo foco continuava a ser a *Crónica de 1419* (investigações que reúne no volume *Estudos*, de 1959) e em parte por novas leituras de Fernão Lopes, para que contribuem nomes como Albin Beau, germanista da Universidade de Coimbra que estudará os aspetos literários, panegíricos e o «sentimento nacional» no cronista de Avis (reunidos nos *Estudos* publicados em 1959), António Brásio, que trabalha sobretudo aspetos historiográficos como a «crise nacional de 1385» e questões de autoria da cronística, ou ainda Mário Martins, cujas investigações incidirão maioritariamente no domínio da espiritualidade.

Os mesmos atores continuarão a figurar no decénio seguinte com orientações muito semelhantes, mas aos quais se juntarão alguns historiadores que se voltam então para a cronística. É o caso de António Borges Coelho, que em 1966 procede à edição da *Crónica do rei D. Duarte*, de Rui de Pina, e que por essa altura havia já publicado *Raízes da Expansão Portuguesa* (1964) e *A revolução de 1383* (1965), dois exemplos de desconstrução das teses dominantes de uma grandiosidade nacional apoiada nos cronistas de Avis e propagadas pelo regime de Salazar, o que levaria a que esse textos chegassem a ser proibidos e Borges Coelho interrogado. Com efeito, a cronística do séc. XV será ao longo de toda essa década e da seguinte a que mais atenção receberá dos investigadores, alguns dos quais com preocupações sociais que associavam ao autor da *Crónica de D. João I* e à relevância das multidões populares nesse texto. Não é por acaso que *A revolução de 1383* recebe esse título: a leitura de Fernão Lopes é de revolta, de manifesto pela alteração do *status quo* numa autêntica «revolução burguesa nacional» (Coelho, *A revolução...*, 6ª ed. 2018, p. 127). Mesmo António José Saraiva, exilado em França desde 1960 para escapar ao regime e que vinha investigando a tradição épica de Afonso Henriques, ocupar-se-á também da divulgação dos textos de Fernão Lopes em «português moderno», da figura daquele cronista na coleção *Os Grandes Portugueses*, da Editora Arcádia (1960) e da sua cronística na *História da literatura portuguesa* (1ª ed. 1955) que escreve com Óscar



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Lopes. São dadas à estampa também nesses tempos as edições críticas da *Crónica de D. Pedro* (1966) e de *D. Fernando* (1975), empreendimento levado a cabo por Giuliano Macchi e, curiosamente, contemporâneo de uma outra reedição da crónica de D. Pedro I, de Damião Peres (1965).

Outras análises desse cronista, de Zurara e de Rui de Pina surgirão ao longo da década de 60 e 70, mostrando uma clara tendência dos estudos cronísticos em Portugal. Não obstante, outras vias se vão trilhando à margem desse tema comum. António Cruz, responsável pela Biblioteca Municipal do Porto, avança por essa altura com uma investigação acerca da ligação entre a cultura portuguesa e Santa Cruz de Coimbra (1964), obra que anuncia a edição a que procederá dos *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra* (1968), onde se incluíam textos menos conhecidos como o *Livro das Eras*, exemplo da hibridização entre cronística e analística. Um ano antes, Fernando Peixoto da Fonseca (posteriormente responsável pela edição da *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, em 1986, da *Crónica da Fundação do Mosteiro de São Vicente*, em 1995, ou das chamadas *Crónicas Breves* de Santa Cruz, em 2000) revia as crónicas inseridas por Herculano nos *Portugaliae Monumenta Historica*, exercício quase inicial de revisão de uma obra que ia sendo olhada ainda como inatacável. Como já referimos, em 1962, Diego Catalán continuava a linha de investigação aberta por Lindley Cintra e em 1970 publicaria a primeira parte daquele que seria o texto original da *Crónica de 1344*, trabalho que deixaria sempre incompleto, com um segundo volume que não chegou ao prelo.

O início da década de 1970, em que Portugal passava de um regime ditatorial à democracia, não alterava em muito a paisagem do decénio anterior, ainda que com um grande aumento do número de investigações. Se, após a revolução de 1974, o discurso dos historiadores ligados ao regime perdia o tom apologético dos «feitos nacionais» com a revolução de 1974, a verdade é que o tema dominante permanecia. Historiadores como Torquato de Sousa Soares, Joaquim Veríssimo Serrão ou Graça Rodrigues interrogam sobretudo a historiografia do séc. XV, tomando-a enquanto produto de um período específico e numa dimensão discursiva. Torquato Soares e Veríssimo Serrão chegarão mesmo a considerar essa produção cronística no capítulo da «historiografia» (Soares, “A historiografia portuguesa...”, 1977, pp. 67-86; Serrão, “Fernão Lopes...”, 1984, pp. 195-211), não no sentido de discurso verosímil sobre o passado, mas antes segundo a noção que mais tarde apresentará Bernard Guenée: a tentativa de fixar uma dada memória dos acontecimentos e das figuras, não obstante os constrangimentos ideológicos, políticos ou sociais da época. Essa não será, porém, a tendência dominante, olhando-se ainda a cronística como algo muito distante da historiografia. A conceção de uma História-ciência parecia ainda pairar sobre o intelecto dos historiadores.

Dentro da historiografia do séc. XV, Maria Lúcia Passos e Mário Martins ou José Hermano Saraiva continuarão a explorar temas de ordem diversa em Fernão Lopes, o autor que mais atenção continua a receber, analisando da tipologia do herói à componente bíblica e litúrgica dos seus textos. A literatura em torno daquele cronista continuaria a aumentar ao longo das décadas posteriores, seguindo os filões abertos e abrindo novos. Não será alheio a esse facto a publicação, em 1977, da *Crónica de D. João I* por Lindley



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Cintra, que recuperava para a primeira parte a edição de 1915 de Braancamp Freire e para a segunda a edição crítica preparada por William Entwistle cerca de cinquenta anos antes, facilitando doravante o acesso ao texto. Mais recentemente Teresa Amado procurou resolver os problemas que essa versão acusava, preparando uma edição crítica cujo primeiro volume foi dado a conhecer em 2018.

De facto, de 1980 em diante Teresa Amado destaca-se como uma das mais importantes investigadoras e conhecedoras da obra de Fernão Lopes, produzindo textos onde sistematiza muitos dos estudos existentes sobre o cronista e acrescenta a sua perspetiva próxima da filologia, como é o caso de *Fernão Lopes. Contador de História* (1991). Os seus contributos para uma sistematização da informação sobre a cronística medieval no *Dicionário da Literatura Medieval* (1993), juntamente com os de Luís Krus, permitem-nos ainda hoje estabelecer um ponto de situação mais seguro. Mas, destacam-se também, pela importância de que se revestem enquanto obras de análise aprofundada, os estudos de carácter mais historiográfico de João Gouveia Monteiro (*Fernão Lopes. Texto e contexto*, 1988) e de Margarida Ventura (*O Messias de Lisboa. Um estudo de mitologia política*, 1992). Nos últimos anos este cronista continuou a ser amplamente revisitado, regressando muitos dos investigadores às questões abertas pelos historiadores nos meados do séc. XX e sobretudo passando a olhar para os textos desse cronista como o resultado de uma produção politicamente comprometida. Luís de Sousa Rebelo, com a obra *A concepção do poder em Fernão Lopes*, de 1983, salientava precisamente esse ponto e influenciava um grande número de investigadores que, não o tendo já feito, abandonariam a noção de que aquele cronista registara a «verdade sem outra mistura», como o próprio afirmava e como muitos vinham ainda acreditando.

Também Zurara continuará a ser amplamente estudado por autores como Larry King, que procede à edição diplomática da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* em 1978, Luís Filipe Barreto, Luís de Albuquerque, Humberto Baquero Moreno ou ainda Torquato Soares, que em 1981 edita a *Crónica da Guiné*. Por comparação, e embora Manuel Lopes de Almeida tenha procedido à edição de quase toda a produção desse cronista em 1977, a obra de Rui de Pina ou Duarte Galvão não receberiam a mesma atenção ao longo da segunda metade do séc. XX ou já no séc. XXI, excetuando alguns estudos em tempos mais recentes da autoria de Filipe Alves Moreira. Esse investigador, na linha de Lindley Cintra e Diego Catalán, foi de resto um dos que mais contribuíram para uma certa renovação dos estudos cronísticos neste século. Além do estudo aprofundado da *Crónica de 1419* em 2013, que atribui a Fernão Lopes (entrando assim numa disputa que vinha desde os anos 40 e que permanece irresoluta), é notória também a sua procura pela *Primeira crónica portuguesa* (2008). Aí, seguindo a intuição de Cintra de que existiria um texto cronístico em romance anterior à *Crónica de Portugal e Espanha de 1341-1342* e que divergiria de todos os conhecidos até à data, esse estudioso da cronística levaria a cabo um trabalho que os seus mestres haviam deixado inconcluso. Passou assim a estar disponível esse texto que supõe ser de finais do séc. XIII, suscitando nos últimos anos também uma ampla literatura, integrada particularmente na produção do Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade, sediado na Universidade do Porto.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Maria do Rosário Ferreira, filóloga responsável pela organização de um volume de síntese dos avanços em torno da cronística no âmbito daquele Seminário (2010), tem sido nos últimos anos uma das principais agentes no estudo e divulgação da cronística. É também dessa autora a responsabilidade pelo projeto «Pedro de Barcelos e a monarquia castelhano-leonesa» que até 2015 procurou estudar, editar e dar a conhecer a secção final inédita da *Crónica Geral de Espanha de 1344*. O conhecimento desse texto recebeu também largos contributos, sobretudo no contexto da análise da historiografia hispânica medieval, com particular destaque para os avanços de Inés Fernández-Ordóñez nas primeiras décadas do séc. XXI. Ainda assim, aguarda-se uma edição completa daquela crónica na versão que terá sido a redigida pelo Conde Pedro Afonso e que Diego Catalán, como vimos, deixou incompleta. As principais orientações dos estudos cronísticos, à exceção de Fernão Lopes e seus continuadores, permaneceriam sempre muito ligadas àquele texto de 1344 e maioritariamente à perspetiva filológica avançada por Cintra e que continua ainda a elucidar o trabalho historiográfico.

Bibliografia ativa: AMADO, Teresa, *Fernão Lopes. Contador de História*, Lisboa, Presença, 1991; IDEM, “The study of literary texts”. MATTOSO, José. (dir.). *The Historiography of medieval Portugal c.1950-2010*. Lisboa: IEM, 2011, pp. 87-109; BASTO, Artur Magalhães, *Estudos. Cronistas e Crónicas Antigas. Fernão Lopes e a «Crónica de 1419»*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1960; BEM, Tomás Caetano de, *Memórias Historicas Chronologicas da Sagrada Religião dos Clérigos Regulares em Portugal*, vol. 2, Lisboa, Regia Officina, 1794; BRAGANÇA, José de, *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné segundo o manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris, de Gomes Eanes de Zurara*, Porto, Civilização Editora, 1937; CARVALHOSA, Manuel Leitão e, *Memoria sobre a prioridade dos descobrimentos portugueses na costa d’Africa Occidental*, Paris, Aillaud, 1841; COELHO, António Borges, *A revolução de 1383*, 6ª ed., Lisboa, Caminho, 2018; *Collecçam dos documentos, estatutos, e memorias da academia real da historia portugueza*, Lisboa, Pascoal da Sylva, 1724; *Collecção de livros ineditos de historia portugueza*, vol. 1 e 4, Lisboa, Academia das Ciências, 1790-1816; CORDEIRO, Luciano, ed., *Chronica de senhor rei D. Pedro I, de Fernão Lopes*, Lisboa, Commercio de Portugal, 1895; CRUZ, António, *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, Biblioteca Municipal do Porto, 1968; HERCULANO, Alexandre, *Opúsculos IV*, Lisboa, s.d. [1842]; IDEM, *Portugaliae Monumenta Historica*, vol. 1, Lisboa, Typis Academicis, 1856; LANCIANI, Giulia, e TAVANI, Giuseppe, (dir.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993; MONTEIRO, João Gouveia, *Fernão Lopes. Texto e contexto*, Coimbra, Minerva, 1988; MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal de 1419: fontes, estratégias e posteridade*, Lisboa, FCG-FCT, 2013; OLIVEIRA, António Resende de, “Literary and Historiographical Production”. MATTOSO, José. (dir.). *The Historiography of medieval Portugal c.1950-2010*. Lisboa: IEM, 2011, pp. 381-398; PIMENTA, Alfredo, *Idade Média. Problemas e Soluções*, Lisboa, Edições Ultramar, 1946; SANTO AGOSTINHO, Joaquim de, “Memória Sobre uma Crónica inédita da Conquista do Algarve”. *Memorias de Litteratura Portugueza*, Lisboa, Academia das

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Ciências, 1792, t. I, pp. 74-97; SARAIVA, António José, e LOPES, Óscar, *História da literatura portuguesa*, 1ª ed., Porto, Porto Editora, 1955; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, “Fernão Lopes: o homem e o historiador à luz do nosso tempo”. *Revista Militar*. n. 4, 1984, pp. 195-211; SILVA, Inocêncio da, *Diccionario bibliographico portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, t. 2; SOARES, Torquato de Sousa, “A historiografia portuguesa no século XV: crónicas e cronistas”. *A historiografia portuguesa anterior a Herculano*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1976, pp. 67-86; VENTURA, Margarida, *O Messias de Lisboa. Um estudo de mitologia política (1383-1385)*, Lisboa, Cosmos, 1992.

Bibliografia passiva: *A historiografia portuguesa anterior a Herculano*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1977; *Alexandre Herculano à luz do nosso tempo*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1977; CARVALHO, Joaquim Barradas de, *Da história-crónica à história-ciência*, Lisboa, Livros Horizonte, 1972; CEPEDA, Isabel, *Bibliografia da prosa medieval em língua portuguesa: subsídios*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1995; HOMEM, Armando Luís de Carvalho, “O medievismo em liberdade: Portugal, anos 70 / anos 90”. PROENÇA, Maria Cândida (coord.). *Um século de ensino de história*. Lisboa: Colibri, 2001, pp. 183-213; KRUS, Luís, “Crónica”. LANCIANI, Giulia, e TAVANI, Giuseppe, (dir.). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 173-175; IDEM, “Historiografia Medieval”. LANCIANI, Giulia, e TAVANI, Giuseppe, (dir.). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 312-315; LINDLEY CINTRA, Luís Filipe, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. I, 1ª ed. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1951; MACEDO, J. Borges de, *Da história ao documento. Do documento à história*, Lisboa, ANTT, 1995; MARQUES, A. H. de Oliveira, *Antologia da Historiografia Portuguesa*, I, Lisboa, Europa-América, 1974; IDEM, “Historiografia na Idade Média”. SERRÃO, J. (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. IV. Porto: Iniciativas Editoriais, 1971, pp. 418-420; MATOS, S. Campos, *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX*, Lisboa, Colibri, 1998; MOREIRA, Afonso Henriques e a primeira crónica portuguesa, Porto, Estratégias Criativas, 2008;; SARAIVA, António José, *História da Cultura em Portugal*, I, Lisboa, Jornal do Foro, 1950; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A historiografia portuguesa. Doutrina e crítica*, 3 vols., Lisboa, 1972-1974; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História breve da historiografia portuguesa*, Lisboa, Verbo, 1962.

José Manuel Simões